ATO Nº 36

Adota medidas para assegurar participação efetiva dos profissionais da modalidade de agronomia, na prestação de serviços na área de Crédito Rural.

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo em vista o que estabelece o artigo 34 da lei nº 5.194/66, em suas alíneas "f" e "k", e o artigo 6º, alínea "c" da mencionada Lei, e

CONSIDERANDO que é função primordial do CREA a fiscalização das atividades de profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia, zelando pela defesa da coletividade;

CONSIDERANDO que as referidas atividades só poderão ser exercidas com a participação efetiva e autoria declarada do profissional legalmente habilitado;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 257, do CONFEA;

CONSIDERANDO ainda o disposto no artigo 4º da Resolução nº 230, do CONFEA;

D E C I D E:

Artigo 1º. Em toda operação de Crédito Rural é obrigatória a participação de profissionais legalmente habilitados.

Parágrafo único. Essa participação deve se dar nas seguintes fases:

a) Antes da contratação do Crédito, na fase de planejamento, seja através de laudo, plano, projeto, ou outro instrumento que garanta a efetiva participação do profissional habilitado;

b) Na assessoria técnica a nível de carteira e na análise dos instrumentos do item "a";

c) Na assistência técnica a nível de imóveis;

d) Nas fiscalizações das aplicações do crédito.

Artigo 2º. Todo contrato, escrito ou verbal, para prestação de serviços profissionais relacionados ao Crédito Rural no Estado de São Paulo, deverá ser registrado, sob a forma de anotação de responsabilidade técnica, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo.

Artigo 3º. Os serviços profissionais relacionados ao Crédito Rural subdividem-se para os efeitos deste Ato, e de acordo com a Resolução nº 218, de 29/06/72, do CONFEA, nas seguintes atividades relacionadas no artigo 1º dessa Resolução:

Atividade	Especificação
2	Estudo, planejamento, projeto e especificação;
4	Assistência, assessoria e consultoria;
6	Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
12	Fiscalização de obras ou serviço técnico.

Artigo 4º. Os profissionais que venham a prestar serviços relacionados ao Crédito Rural deverão observar, na contratação desses serviços, que em cada contrato conste explicitamente, por imóvel, a Atividade, ou Atividades a que se refere o contrato, de acordo com a subdivisão estabelecida no artigo 3º acima.

Artigo 5º. Os profissionais e/ou empresas que venham a prestar serviços técnicos relacionados ao Crédito Rural deverão, obrigatoriamente, atender às seguintes exigências:

a) Encaminhar ao CREA-SP até 31 de março de cada ano a relação completa e numerada dos contratos firmados no ano anterior, com o número das respectivas Anotações de Responsáveis Técnicos conforme modelo fornecido por este Conselho.

b) Prestar os esclarecimentos adicionais, sempre que solicitados pelo CREA.

Artigo 6º. No caso de empresas ou associações, aplicar-se-á a cada um de seus profissionais, individualmente, o disposto no artigo anterior.

Parágrafo único. Neste caso, as comunicações deverão ser efetuadas pela pessoa jurídica, contendo o "Ciente" do respectivo profissional.

Artigo 7º. O CREA, através de Câmara Especializada de Agronomia, poderá estabelecer, por profissional, o número de imóveis que sejam objeto das Atividades 02 e 04 mencionadas, acima do qual ficará o profissional sujeito ao regime de "Visto em Projeto", levando em consideração:

a) A distribuição geográfica dos imóveis;

b) O local da residência ou da sede do profissional;

c) A frequência de visitas do profissional aos imóveis;

d) A época do início e término das produções de cada imóvel;

e) Outros aspectos relevantes.

Artigo 8º. Os profissionais e/ou empresas que deixarem de atender a exigência do presente "ATO" serão indiciados segundo a alínea "a" do artigo 73 da Lei nº 5.194/66 e, em consequência, autuados de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo único. As autuações serão procedidas por infração cometida, aplicando-se a penalidade em dobro, no caso, de reincidência e suspensão profissional e/ou registro da empresa na hipótese de nova reincidência, conforme artigos 73 e 74 da referida Lei.

Artigo 9º. Sem prejuízo das sanções indicadas no artigo 8º, o CREA notificará o profissional e/ou empresas a cumprir a exigência no prazo, sob pena de nova autuação.

Artigo 10. As comunicações previstas nos artigos 5º e 6º deste ATO não pagarão taxas ou emolumentos ao CREA.

Artigo 11. Serão cobradas as taxas fixadas pelo CONFEA para os pedidos de Anotação de Responsabilidade Técnica.

Artigo 12. Este ATO entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o ATO nº 27.

São Paulo, 19 de março de 1982.

Eng. Ismael José Brunstein
CREA/SP - 9618-D
Presidente

(Publicado no D.O.E. de 20.03.82)